

Aline de Jesus Moraes

Docente de Educação Básica, Técnica e Tecnológica Federal
Graduada em História e licencianda em Pedagogia
Pós-graduada em História Social e Contemporânea
Pós-graduada em Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ

RESUMO

O objetivo desse texto é apresentar algumas reflexões sobre metodologias de pesquisa e de ensino em Ciências Humanas. Esse é um estudo teórico de aspectos de análise de conteúdo de fontes históricas, mais especificamente, a iconografia histórica e de seu uso como prática pedagógica. O recurso ao uso de fontes históricas em práticas de ensino é um elemento que tende a contribuir para a compreensão dos processos de produção do conhecimento. O estudo de metodologias de pesquisa e ensino é necessário para o desenvolvimento de novas práticas e projetos.

Palavras-chave: fontes históricas; análise de conteúdo; pesquisa; ensino.

INTRODUÇÃO

Atualmente, os recursos e materiais disponíveis para utilização em sala de aula como suporte pedagógico tem se proliferado e uma infinidade de possibilidades sobre diferentes temáticas são apresentadas. A escolha e seleção desses recursos pode estar relacionada aos programas educacionais previstos nas normativas e legislações educacionais. Essa é a realidade daquele profissional que atua na educação básica e de tempos em tempos é convidado pela equipe pedagógica ou equipe gestora para analisar e selecionar aqueles recursos didáticos que entendem ser adequados.

O termo “Didática” se refere ao estudo das teorias de ensino e de aprendizagem aplicadas ao processo educativo que se realiza na escola bem como dos resultados obtidos. Nesse sentido, a didática pode ser entendida como o estudo voltado para a elaboração e aplicabilidade de um conjunto de instrumentos e modos de saber fazer do profissional em educação atuante em diferentes níveis de ensino, modalidades de ensino, e mesmo conhecimentos direcionados a conteúdos específicos, como por exemplo, as disciplinas escolares ou disciplinas científicas (Filosofia, Sociologia, História, Psicologia, Antropologia etc.). Desse modo, a relação ensino-aprendizagem está presente no contexto de reflexão do profissional em processo de formação e mesmo de educação continuada, no contexto de elaboração de

pesquisas, de teorias e de definição de instrumentos e modos de fazer considerados importantes no meios acadêmicos. Toda forma de conhecimento é elaborada e reelaborada de tempos em tempos, de acordo com as necessidades de cada sociedade, de acordo com a cultura, com os processos sociais, com os processos históricos e as características econômicas e políticas de cada tempo.

Quando se trata da educação especial, nas escolas assim estruturadas, os profissionais atuantes em sala de aula tem autonomia para a elaboração e produção dos currículos e materiais a serem utilizados, conforme a legislação educacional. Em instituições como o Instituto Nacional de Educação de Surdos, esses profissionais são incentivados a produzir tais materiais por meio da pesquisa. A especialização em educação especial é uma das possibilidades de desenvolvimento acadêmico e profissional, ou conforme a formação inicial e específica do profissional, busca-se na pesquisa ação e na prática pedagógica caminhos para o atendimento dessa atribuição institucional.

Nos cursos de ensino superior em nível de formação inicial, geralmente, faz parte dos programas e ementas, algum tipo de prática e estudo referente aos critérios de seleção de materiais didáticos e paradidáticos. Quando se trata do curso de pedagogia, que tem em sua formação um conjunto extenso de disciplinas que tratam da educação infantil e fundamental de primeiro segmento, são propostas diferentes estratégias e práticas de leitura e análise desse tipo de recurso didático, especialmente, no tocante às práticas sociais de leitura e produção escrita. Em se tratando de cursos de licenciatura, a formação pedagógica ocorre em pelo menos dois semestres em que disciplinas cujas ementas focam em práticas pedagógicas e teorias referentes ao ensino de uma determinada disciplina escolar. Nesse sentido, o estudo de metodologia específica e das práticas decorrentes dela possibilitam ao estudante a elaboração e/ou seleção de estratégias e práticas mais adequadas aos objetivos didático pedagógicos em questão.

As propostas de investigação referentes aos textos e produtos com finalidades educacionais também podem ser encontradas sob a forma de estudos acadêmicos como dissertações de mestrado ou mesmo na forma de teses acadêmicas. Nesse sentido, podem ser encontrados desde os estudos referentes à iconografia e suas possibilidades de utilização a partir de análises baseadas no ponto de vista linguístico/semiótico, análises baseadas em aspectos didático pedagógicos voltados aprendizagem em História.

Diferentes tipos de argumentação e interpretação desse tipo de material podem ser encontrados em grande número a partir de buscas nas redes sociais, em canais de vídeo especializados, nas bibliotecas universitárias, nos bancos de dados de teses e trabalhos acadêmicos. Não pretendo menosprezar a importância desse tipo de exercício, mas chamar a atenção para o quanto esse campo de trabalho tem sido explorado atualmente.

Fato é que a produção de materiais para uso pedagógico encontra um grande mercado no Brasil. O trabalho de pesquisa e produção desse tipo

de materiais pode representar um interessante exercício de investigação teórico das práticas pedagógicas. Sem dúvida é um tipo de produto necessário às práticas escolares em nível de educação básica, seja o livro didático ou paradidático, as bibliotecas escolares não podem prescindir deles.

O que é e como se faz?

Livro ou material didático pode ser definido como uma categoria ideal típica de um artefato no qual se “apresenta o conhecimento” (FREITAS, 2019). A invenção da tipografia e da imprensa ampliou oportunidades de carreira aberta aos letrados. Em cidades como Londres e Paris passou a haver, desde o fim do século 16, publicações como cosmografias, dicionários, e outros tipos de guias de conhecimento. As bibliotecas passariam a reunir manuscritos, impressos, gravuras, iluminuras, dicionários, e mesmo enciclopédias. As primeiras e mais antigas universidades europeias reuniram daí em diante grande parte da produção literária e do conhecimento científico registrado na forma impressa do livro produzido em toda a Europa. A mercantilização da informação na forma impressa é tão antiga quanto a história do capitalismo.

Começamos agora a delimitar algumas questões. Informação e conhecimento não são o mesmo. A produção do conhecimento ocorre por meio de uma investigação, a partir de perguntas feitas pelos pesquisadores no presente. A partir dessas perguntas podemos identificar quais documentos ou registros podem nos trazer informações para responder esses questionamentos. Dessa forma, os documentos (textuais, orais ou audiovisuais) e registros sob diferentes formas (impressos, manuscritos, gravuras, iluminuras, fotografias) se tornam fontes históricas. O trabalho com as fontes é o princípio da pesquisa científica que pode resultar em comunicação sobre o passado a partir da produção do conhecimento histórico.

A imprensa impulsionou a divulgação da informação escrita e mesmo da disseminação da literatura, da reprodução do conhecimento registrado na forma escrita transformado em livro e enciclopédia. O conhecimento científico passaria por um processo de classificação e ordenamento a partir dos currículos universitários, de sua racionalização e organização na forma das enciclopédias e se difundiu com a estruturação das bibliotecas. (BURKE, 2003. pág. 78)

O conhecimento na forma de uma ciência específica, a História científica, as principais orientações sobre o livro de ensino de História que originaram grande parte dos trabalhos desenvolvidos no Brasil têm origem na Europa Ocidental e Meridional, no período de passagem do século XIX para o século XX.

Durante muito tempo, o livro didático se manteve com o sentido de “artefato” e a “didática”, segundo essas orientações ganhava o sentido de “elementarização” e “modo de apresentação” de um conhecimento. No que se refere à disciplina científica História, esta adquiria o sentido de

“metodologia” ou “teoria” da História, como um conjunto de orientações para investigação, interpretação e crítica de um conhecimento no processo de formação profissional.

Assim, encontra-se nos registros e produções específicas desse campo de conhecimento, tanto na Europa quanto posteriormente no Brasil, uma certa dualidade: a didática destinada e circunscrita às escolas elementares de educação básica, como os manuais de ensino do Colégio Pedro II, por exemplo, e a “didática da História” ou “ciência História” como o estudo dos modos de conhecer e produzir o conhecimento histórico acadêmico, restrito à universidade nos cursos de formação profissional.

Apesar do reconhecimento das especificidades de cada tipo de produção e investigação das práticas científicas, há aqueles que entendem ser possível identificar situações formativas em que a apresentação de um conhecimento chamado “história” se faz presente, em diferentes instituições, cujas finalidades educativas estão demarcadas, onde há a intencionalidade de processo educativo, sob a forma de comunicação e divulgação de conhecimento sobre o passado, por exemplo. Nesse sentido, não estamos nos referindo ao artefato livro, mas a diferentes formas discursivas e materiais de apresentação de um determinado conhecimento científico, mais especificamente, nesse caso, o conhecimento histórico.

Texto escrito e texto visual

O produto textual e ou visual/imagético que se pretende desenvolver para uma comunicação sobre o passado como resultado de uma pesquisa pode ser apresentado com finalidades educacionais como parte de um material tipicamente caracterizado como livro didático ou sob outras formas. Segundo o “Dicionário de Ensino de História” no verbete “livro didático” define como didática o modo de apresentar um conhecimento. E, ainda, indica que “é a plasticidade do uso que vai determinar, por exemplo, se dicionários, enciclopédias, impresso de figuras, de narrativas ficcionais, encartes para pinturas e colagens, objetos digitais de tipo vário vão adquirir ou não o status de ‘didático’”.

Pode-se pensar em termos de texto escrito e visual como elemento ou registro com a finalidade de produção de sentidos. O texto escrito como elemento de sentido e instrumento usado para apresentação de um conhecimento é a forma mais comum utilizada nas escolas e instituições educacionais.

A produção literária pode ser pensada como uma técnica, com estrutura, citações, modos de fazer como gêneros/tipologias (romance, épico, ficcional, prosa, poética etc.). A literatura ainda é dotada de uma certa aptidão de narrativa histórica, sociológica, antropológica. Porém, história não é ficção, sociologia não é romance, e antropologia não é exotismo, havendo método e técnica para cada uma delas. Assim, nos chamam atenção para os modos de produzir literatura e história ou ciências sociais e literatura, autores estudiosos dos modos de produzir e registrar cientificamente sob a forma escrita de

literatura, narrativa histórica, narrativa etnográfica. De modo simplificado, uma literatura do real, uma escrita do mundo. Conforme Jablonka(2020, pág. 22), “conciliar ciências sociais e criação literária é tentar escrever de forma mais ou menos livre, mais justa, mais original, mais reflexiva, não para abrandar a cientificidade da pesquisa, mas, pelo contrário para reforçá-la.”

O texto visual, menos comum como instrumento de divulgação de conhecimento, também pode e deve ser explorado. Historicamente, fotografia e a antropologia, desenvolveram-se paralelamente, os contextos históricos de criação e desenvolvimento entre o fim do século XIX e começos do século XX as aproximam. Durante esse período e até a atualidade, a fotografia tem servido como instrumento de registro histórico-cultural e de análise, instigando reflexões teóricas. A fotografia pode ser pensada como registro de seu tema, como evidência de uma realidade em um determinado contexto social, como produto e instrumento, como elemento de representação do social, como registro substitutivo da experiência perdida no tempo.

O propósito desse texto não é o de representar um manual de produção didática ou de produção científica. Apesar disso, pensar sobre as especificidades de cada elemento componente dos materiais produzidos (a partir dos exercícios de pesquisa em acervos documentais) é um exercício importante para aclarar nosso pensamento e nossa prática.

Para ler uma fonte histórica

O uso didático de diferentes tipos de materiais como textos jornalísticos, textos literários, filmes, fotografias se justifica por se tornarem eficientes fontes para apreensão de informações e conhecimentos, por fornecer o contato com situações concretas de um passado abstrato, por desenvolver habilidades para além do aprendizado com textos e informações fornecidas de maneira linear.

A escolha do tipo de fonte a ser usada depende do objetivo pedagógico traçado por cada professor numa determinada situação. E cada tipo de material/documento tem suas especificidades.

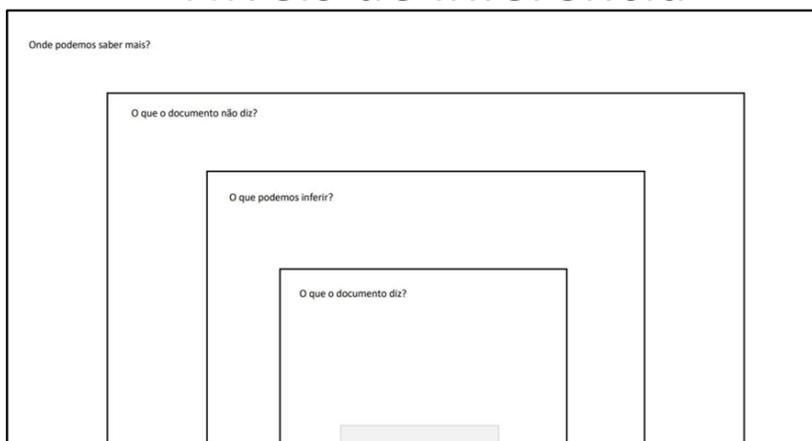
O uso de um desses tipos de documentos pode servir apenas como ilustração para reforçar uma informação presente no texto. A fonte-documento também pode servir como elemento provocador para apresentação de um dado conteúdo, nesse caso, é apresentada apenas para inicialmente, produzir curiosidade e chamar atenção para o que será tratado posteriormente ao longo da apresentação do conteúdo e, após a contextualização e caracterização do assunto, retorna-se a fonte para, nesse segundo momento, tratar da leitura e compreensão do conteúdo da fonte.

Níveis de inferência da fonte

É possível pensar a leitura de uma fonte, no sentido de buscar analisar e compreender significados históricos a partir de diferentes níveis: 1) identificação da fonte: quem, quando e onde o documento foi produzido, além

de onde e como o documento foi guardado; 2) intencionalidade, condições de produção e de preservação: por que, para quem, como o documento foi produzido e por que, para que e como ficou guardado; 3) níveis de inferência a partir do documento: o que a fonte descreve; o que podemos inferir; o que a fonte não descreve/mostra; como podemos aprender mais sobre o assunto. A proposta de interpretação e análise das fontes que descrevemos nesse trecho conforme Ridley (RIDLEY,1999, Apud ALBERTI, 2020), pode ser representada graficamente da seguinte maneira:

Níveis de inferência



Essa é uma proposta de análise válida para qualquer tipo de documento inserido em uma situação pedagógica. Existem, no entanto, estratégias que atendem às especificidades de cada tipo de documento. As práticas pedagógicas variam de acordo com as especificidades das linguagens, e apresentamos a seguir uma delas.



Acervo Fundação Dom João VI

A fotografia selecionada é de autoria desconhecida e faz parte de acervo de imagens da Fundação Dom João VI, uma instituição pública cuja missão é a preservação de acervo histórico da cidade de Nova Friburgo, no interior do Rio de Janeiro. Embora não se saiba sobre a sua autoria e a sua data de criação pode-se apreender informações importantes. Essas lacunas também são parte da análise de inferências, e chamar atenção para o que não se sabe sobre o documento histórico também é parte importante do processo de pesquisa, e porque não dizer, do processo de ensino.

Os retratos de família podem se mostrar fontes de pesquisa interessantes na medida em que é possível reconhecer e inferir aspectos de práticas sociais comuns em um determinado período histórico, por exemplo. A sociedade brasileira é composta por diferentes matrizes sociais e culturais. Em diferentes tempos, essas matrizes trouxeram contribuições para o desenvolvimento de práticas sociais que estão presentes ainda na atualidade. Identificar e reconhecer aspectos sociais, culturais e mesmo econômicos presentes nas imagens em que estão retratadas as famílias brasileiras são um exemplo importante de exercício de interpretação histórica.

Muito comuns no período monárquico (1822-1889), especialmente depois da chegada da técnica fotográfica ao país, as fotografias de família retratavam as famílias que tinham condições econômicas para acessar o uso dessa tecnologia. As buscas em acervos históricos de instituições públicas e mesmo em acervos de particulares nos permitem identificar que essas fontes se referem a famílias de ascendência europeia em sua grande maioria. O período da chegada da técnica fotográfica ao Brasil coincide com o período de incentivo à vinda de famílias imigrantes da Europa para o país. Tratava-se de uma política de governo com o custeio de viagens e incentivos para que

se estabelecem sob o sistema de colonato ou por meio da aquisição de posses em regiões do interior do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas Gerais. Em geral, encontra-se imagens de famílias mais abastadas, estabelecidas em propriedades rurais, mas também é possível encontrar em menor quantidade retratos de famílias de menor poder aquisitivo. Essas informações podem ser apreendidas a partir dos créditos das imagens arquivadas ou mesmo pelas características dos objetos retratados junto à família bem como pelas propriedades (residência, terras, escravos) que muito comumente aparecem ao fundo com os familiares posando à sua frente. Assim, o vestuário das pessoas retratadas, os adornos que carregam consigo, o modo como se posicionam para o registro fotográfico, o local escolhido para que se fizesse o registro da imagem, são elementos que nos trazem possibilidades de identificação da condição econômica e social dos retratados.

As fotografias de família representam de modo muito comum o modelo de estrutura familiar patriarcal de tradição católica. É preciso recordar que o Brasil mantinha relações políticas, culturais e sociais muito próximas com as nações europeias, e que a religião católica era oficialmente reconhecida pelo governo imperial. Segundo esse modelo de configuração social, o patriarca era retratado em lugar e posição de destaque na imagem, sua posição e função social se distinguia das demais pessoas. Era responsável pelo sustento da família e, proprietário de terras, nas quais trabalhavam escravos, libertos e ou famílias de imigrantes sob a forma de parceria ou colonato. Geralmente, escolhia-se um local à frente da casa principal da propriedade como uma varanda, uma escadaria principal, o jardim principal, de onde seria possível retratar a opulência da propriedade. Adornos em metal ou madeira nos telhados e escadarias, ao estilo europeu de arquitetura, molduras em pedra ou madeira nos pórticos e janelas, eiras e beiras, são alguns dos elementos arquitetônicos encontrados nesse tipo de imagem.

As demais pessoas retratadas seriam a esposa, matriarca, posicionada ao lado do chefe da casa ou próxima do filho ou filha primogênitos, com netos e netas, como a figura materna acolhedora. Todos usando trajes de modo elegante, com vestidos e fraques confeccionados com melhores tecidos e aviamentos, usando adornos como chapéus ao modo europeu, laçarotes, cartolas etc.

Trata-se de uma configuração social que se estabeleceu no interior do Brasil, caracterizado pela concentração de terras e rendas, que se caracterizava por práticas sociais e culturais criadoras de uma certa aparência aristocrática, e por isso mesmo, definidoras de uma posição social de destaque em uma sociedade desigual.

As fotografias de membros de famílias proprietárias em que também são retratos escravos, libertos ou trabalhadores contratados para a lida nas lavouras, na manutenção dos espaços e prédios da propriedade, ou em outra função, como no caso de mulheres cuidadoras de crianças também constituem parte de acervos particulares. São raras as fotografias encontradas nas pesquisas que realizamos mostrando famílias proprietárias

e os seus escravos numa mesma tomada. As imagens desses arquivos podem ser classificadas como aquelas em que se retrata a propriedade rural, a lavoura, o celeiro, o estábulo, a colheita e ou os escravos com seus instrumentos de trabalho. Há ainda algumas imagens em que os trabalhadores sob o regime de parceiros ou colonos são retratados em grupo a frente da lavoura ou de uma construção como celeiro ou estábulo da propriedade. Nessas imagens também se pode perceber a caracterização de posições econômicas e sociais desiguais, representadas nos trajes do proprietário e dos trabalhadores, pela posição central que ocupa o proprietário, pela posse das ferramentas de trabalho nas mãos dos colonos.

A pesquisa em acervos históricos de imagens como o da Fundação Dom João VI nos permite inferir e apreender aspectos da composição social atual da região em que está localizado. Assim como em diferentes cidades do interior do país, os registros de imagens encontrados se referem à formação demográfica e ocupação espacial de províncias e municipalidades que originaram as atuais divisões territoriais. Essas informações, extraídas de retratos e arquivos de famílias, nos propiciam a compreensão da composição social, do registro de propriedades e ou posses rurais, das funções econômicas e políticas exercidas por alguns dos chefes das famílias retratadas, do histórico arquitetônico dessas propriedades, do patrimônio histórico e arquitetônico de cada região ou município na atualidade.

Leitura por decomposição da fonte

Em diferentes fontes de pesquisa sobre o processo de leitura das fontes históricas podemos encontrar técnicas e modos de interpretação. Alguns dos pesquisadores que se dedicaram ao estudo das metodologias de investigação e ensino, buscando aliar teoria e prática, apresentam reflexões sobre os processos que contribuem para modos de se fazer em História. A seguir, apresentamos novos elementos de análise que consideramos eficientes para uma prática baseada na pesquisa do texto visual. Assim, conforme a descrição metodológica apresentada, o documento histórico iconográfico, contém em si um texto visual que pode ser lido por meio da análise de suas partes e do aprendizado de determinadas técnicas.

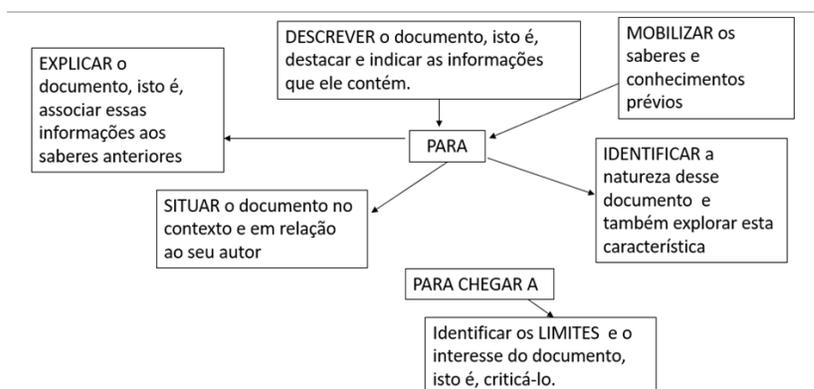
A escolha desse tipo específico de recurso para uma prática de ensino, a iconografia (gravura, pintura, ilustração, fotografia), se deve ao aspecto visual e espacial muito usado como recurso para a apreensão de informações e conhecimentos pelo público da educação básica em geral, e especialmente, para o público surdo. Funcionando como elemento capaz de, na maioria das vezes, prender a atenção, servir de gatilho para acionamento da memória e aprendizado, como uma lufada de ar fresco para o pensamento, para mostrar um determinado aspecto da situação que poderia não ser percebido no texto literário, por exemplo.

Para uma análise em sala de aula, na educação básica, por exemplo, quando se trata de um conteúdo da disciplina História, é necessária a prévia contextualização e caracterização do período histórico em destaque antes da

leitura da imagem, isto da observação e análise dos elementos que compõem uma dada iconografia, tais como os personagens, os elementos de fundo, o texto (quando houver).

Algumas vezes, quando se trata de assunto de ampla circulação social as imagens podem explicar-se por si só. Ou ainda, podem ser imagens conhecidas por ter circulado pelas mídias e redes sociais, mas sem que os alunos tenham o conhecimento do conteúdo da disciplina. E aí nesse momento, cabe a devida contextualização e caracterização do período e conteúdo disciplinar ao qual a imagem faz referência.

Para análise da iconografia, como fonte de pesquisa histórica e ainda como prática de ensino, pode-se fazer a leitura pela decomposição, para identificar cada elemento que a compõe, analisá-los e recompor, ou compor a leitura geral da imagem produzindo uma síntese.



Assim, a partir do esquema exposto acima, e como recursos de interpretação da fonte iconográfica, algumas perguntas podem ser feitas no processo de leitura de uma imagem considerando os seguintes elementos:

- 1) Personagens retratados: quais são os personagens (uma pessoa, um indivíduo, ou um grupo de pessoas, uma coletividade);
- 2) Como foi possível identificar os personagens: pela forma como estão vestidos (com ou sem o sapato, roupas usadas, chapéus...) pelas cores, por um nome, etc.
- 3) Quando há texto: identificar se representa um título, uma legenda, uma narrativa ou um diálogo;
- 4) Qual é a circunstância (situação) em que os personagens estão representados (é um conflito, uma disputa, um diálogo, as ideias opostas ou representam concordância entre os personagens).
- 5) É possível identificar o autor.
- 6) Quando a imagem foi produzida: é uma imagem atual que trata de fato atual, é uma representação atual que trata de uma época passada, é uma imagem produzida na mesma época em que os fatos ou ideias representadas

ocorreram.

7) Qual ideia o autor da imagem (pintura, charge, fotografia) teve a intenção de transmitir.

Para a leitura da próxima fotografia selecionada para esse exercício utilizaremos as ideias de decomposição/recomposição/síntese. A imagem fotográfica que apresentamos a seguir tem dados de identificação descritos no acervo pesquisado como autoria, data, local de realização, descrição básica do objeto/situação fotografada.



Saída de crianças de escola. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1885. Marc Ferrez. Publicado em "Marc Ferrez & Cia". Acervo fotográfico do Instituto Moreira Salles – RJ

O texto que acompanha a imagem, nesse caso, é a identificação básica da fotografia, uma legenda da imagem. Nela estão descritos o nome do autor, a data e o local da produção da fotografia. Marc Ferrez é um considerado um dos mais importantes fotógrafos desse período histórico (fim do século XIX e início do século XX), tendo produzido registros fotográficos de lugares, objetos, situações e da natureza do Rio de Janeiro, tanto da capital quanto em cidades do interior. Suas fotografias podem ser encontradas em acervos fotográficos, em domínio público, e em publicações específicas.

A fotografia retrata uma escola de ensino básico de arquitetura neoclássica, característica das construções do fim do século XIX no Brasil, com três andares de pavimento, com pórticos e janelas em pedra e madeira, e uma sacada central no segundo andar. A rua a frente da escola não é

calçada, é possível perceber que se trata de chão de terra batida, margeada por uma plantação que não se pode identificar pela qualidade e foco da imagem. Não é possível identificar outros prédios ou construções ao redor da escola. À frente do prédio da escola há crianças caminhando saindo da porta principal em direção à rua. Aparentemente são crianças e adolescentes na saída da escola, as vestimentas de crianças mais jovens são mais simples (com menos detalhes e adornos) que as vestimentas dos mais velhos (que usam calças compridas, botas, chapéus). Não parece haver crianças do gênero feminino na imagem, talvez por se tratar de uma escola apenas para meninos brancos, algo comum no período histórico em questão.

O processo de institucionalização da educação com a construção de escolas e faculdades mantidas pelo Estado monárquico brasileiro ocorreu lentamente. No século XIX, havia pouquíssimas instituições educacionais, dentre elas estão o Colégio Pedro II e o Instituto Nacional de Educação de Surdos. O Colégio Pedro II, nesse contexto, ganharia destaque como instituição criadora de diretrizes educacionais, de programas de ensino e para a formação de professores. Havia escolas confessionais católicas em diferentes cidades, tanto na capital como no interior, construídas principalmente a partir do último quartel do século XIX e início do século XX.

O processo de escolarização da sociedade brasileira estava em seus primórdios ainda no fim do século XIX, quando poucos eram aqueles que podiam acessar as vagas nas instituições de ensino. A capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro, concentrava a maior parte das instituições escolares construídas pelo governo monárquico. A cidade de Petrópolis, por exemplo, e outras cidades do interior onde houve a presença de imigração europeia no fim do século, como parte dos projetos do governo monárquico, também contava com instituições escolares, confessionais católicas principalmente.

As bases educacionais e diretrizes de ensino das escolas criadas no período monárquico tiveram influência de educadores europeus, que trouxeram para o Brasil tanto metodologias de ensino como formas de estruturação das instituições escolares, em níveis de ensino, com programas escolares e currículos escolares específicos. As instituições mantidas pelo governo monárquico assumiram a atribuição de definição dos paradigmas e das diretrizes educacionais para as escolas em todo o país, incluindo as escolas religiosas católicas, as orientações para as aulas régias, por exemplo.

A modernização das cidades e das instituições era compreendida como etapa de desenvolvimento civilizacional necessária para a entrada no mundo burguês capitalista. Embora o Brasil mantivesse muitas características de seu histórico de sociedade rural, em que as oligarquias agrárias representavam o segmento social privilegiado. Havia, nesse contexto, o projeto de construção de instituições de ensino como parte do processo civilizacional da sociedade brasileira, com base nas instituições e práticas sociais europeias.

Em sua maioria, aqueles que tiveram a oportunidade de estar inscritos e frequentar as aulas nessas instituições eram meninos

pertencentes às famílias mais abastadas. As meninas que frequentavam aulas, o faziam em suas casas, com professores tutores ou em escolas e classes específicas, com currículos e disciplinas próprias para a sua educação, para o aprendizado de saberes e fazeres específicos, para o lar, por exemplo. Negros, escravos, libertos e mestiços compunham outro segmento social excluído, com pouco ou nenhum acesso a escolarização. Pessoas com algum tipo de deficiência física ou intelectual, de modo geral, estavam excluídas dos espaços escolares, com exceção de poucos meninos que puderam frequentar as aulas e classes de instituições específicas, como Instituto de Educação de Meninos Surdos, criado em 1857 na capital do império, por exemplo.

O registro fotográfico que selecionamos para esse exercício de análise e interpretação retrata uma cena do cotidiano, a saída da escola de um grupo de crianças. Trata-se do cotidiano de um contexto histórico de exclusão social, em que as desigualdades econômicas, sociais e regionais não estão presentes. Não é possível ver na fotografia grupos de meninas, meninos mestiços, negros escravizados ou libertos. A escola e a escolarização estavam restritas a segmentos sociais específicos. Havia um extenso contingente de crianças e adultos que não tiveram acesso ao conhecimento escolar. Tratava-se um contexto histórico e de um projeto de sociedade em que a educação e a escolarização eram importantes elementos de inserção ou de exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta inicial desse texto representa uma das atividades fim desenvolvidas pelo profissional em educação: o ensino. Em nosso cotidiano compreendemos que o ensino só se realiza tendo como ponto de partida a pesquisa: se ensina porque se pesquisa. Assim, a pesquisa sobre as práticas pedagógicas se torna necessária para aclarar o pensamento, definir e reorientar percursos e metodologias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Fontes. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (Org)*Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019. Pág.107-112.

_____. Fontes. Ensino de História Aplicado aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Crianças, Jovens e Adultos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2020.

BIANCO, Bela Feldman, LEITE, Miriam Lifchitz Moreira (Orgs). *Desafios da imagem. Fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. Docência em formação. São Paulo: Cortez, 2004.

BURKE, Peter. Classificação do conhecimento: currículos, bibliotecas e enciclopédias. IN: *Uma História Social do Conhecimento I: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Pág. 78-105.

BURKE, Peter. O ofício do saber. IN: *Uma História Social do Conhecimento I: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Pág. 25-35

COLLIER, Jr., John. (1973). *Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa*. São Paulo: EPUEDUSP.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. As artes de fazer. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1990.

FREITAS, Itamar. Livro didático. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (Org) *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019. Pág. 143-148

GOFF, Jacques Le. Documento/Monumento. IN: *História e memória*. 7º Ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

JABLONKA, Ivan. Modernizar as Ciências Sociais. IN: *A História é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020. Pág. 11-35.